

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 1 – Agente

Submódulo 1.5 – Desligamento da CCEE

ÍNDICE

1. *INTRODUÇÃO*
2. *OBJETIVO*
3. *PREMISSAS*
4. *LISTA DE DOCUMENTOS*
5. *FLUXO DE ATIVIDADES*
6. *DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES*
7. *ANEXOS*

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Primeira versão aprovada (CP nº 05/2017)	Despacho nº 1.911/2017	30.06.2017

1. INTRODUÇÃO

O desligamento de agentes da CCEE ocorre de acordo com as hipóteses previstas na Resolução Normativa ANEEL nº 545, de 16 de abril 2013 ("REN ANEEL nº 545/2013") e eventual legislação superveniente, podendo ser compulsório, voluntário ou por descumprimento de obrigação no âmbito da CCEE.

2. OBJETIVO

Os procedimentos deste submódulo aplicam-se ao desligamento de agentes da CCEE, consoante normas de regência vigentes.

3. PREMISSAS

Gerais

3.1. São espécies de desligamento da CCEE:

- a) Compulsório: quando da extinção de todas as outorgas de concessão, permissão ou autorização de que seja titular, ou cancelamento de todos os registros de empreendimentos de geração sob estes modelados na CCEE, bem como pela perda de requisito essencial para participação no quadro associativo da CCEE, previstos nas normas regulatórias vigentes;
- b) Voluntário: mediante apresentação de Requerimento de Desligamento da CCEE e documentos necessários; e
- c) Por descumprimento de obrigação no âmbito da CCEE, prevista na Convenção de Comercialização, nas Regras e Procedimentos de Comercialização, no Estatuto Social da CCEE e demais normas vigentes, mediante procedimento próprio conduzido pela CCEE.

3.2. Quanto à forma, o desligamento da CCEE pode ocorrer:

3.2.1. Com sucessão: caracterizada pela existência de vínculo técnico, comercial, regulatório e/ou jurídico entre o agente sucedido e o agente sucessor, conforme documentação comprobatória a ser analisada pela CCEE.

3.2.1.1. Especificamente para o caso de desligamento por descumprimento de obrigação de matriz e/ou filial(is), a transferência do histórico financeiro, incluindo direitos e obrigações, deve ocorrer, obrigatoriamente, para a matriz e/ou filial(is) remanescente(s).

3.2.2. Nos casos não abrangidos pela premissa anterior, o vínculo pode ser caracterizado pela convenção sucessória financeira entre o agente sucedido e o agente sucessor, mediante a apresentação do Requerimento de Desligamento da CCEE, anexo a este submódulo.

3.2.3. Sem sucessão: no caso de não ocorrência das premissas anteriores.

3.3. O início do procedimento de desligamento, assim como sua efetivação, não suspende, modifica ou extingue as obrigações perante a CCEE, exigíveis ou que venham a tornar-se exigíveis, inclusive, mas sem limitação, quanto ao pagamento de contribuição associativa, constituição de Garantias Financeiras, liquidação financeira relativa à contratação de Energia de Reserva, liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo e pagamento de eventuais multas, penalidades, encargos e demais valores devidos no âmbito da CCEE.

3.4. Para que o desligamento do agente da CCEE seja efetivado, é necessário o atendimento aos seguintes requisitos:

- i) Deliberação pelo Conselho de Administração da CCEE – CAd;
- ii) Cancelamento ou transferência, conforme o caso, dos registros de contratos existentes no momento do desligamento;
- iii) Ajuste do cadastro do(s) respectivo(s) ativo(s).

3.5. Em caso de desligamento com sucessão, o(s) agente(s) sucessor(es) assume(m) os direitos, ônus e obrigações, inclusive passadas, e as decorrentes de eventuais recontabilizações ou ajustes financeiros perante a CCEE do agente sucedido.

3.5.1. Caso o(s) sucessor(es) não seja(m) agente(s) da CCEE, deve(m) efetuar sua adesão à Câmara, conforme o disposto nos submódulos 1.1 – Adesão à CCEE e 1.2 – Cadastro de agentes, de modo que esta seja aprovada pela CCEE concomitantemente ao desligamento.

- 3.5.2. Especificamente para o caso de desligamento voluntário com sucessão, deve ser observado o indicado no Requerimento de Desligamento da CCEE.
- 3.6. Os débitos perante o Mercado de Curto Prazo no último mês de operação da empresa desligada, sem sucessão de seu histórico financeiro, devem ser apurados, consolidados e rateados entre todos os agentes, proporcionalmente aos seus votos, sendo os valores rateados lançados em registro escritural especial, a ser mantido pela CCEE em nome dos agentes credores.
- 3.6.1. Os demais valores devidos no âmbito da CCEE, após sua apuração, devem ser suportados pelo respectivo credor, ressalvados aqueles decorrentes de recontabilizações e ajustes financeiros, que devem ser tratados conforme o disposto no submódulo 5.1 – Contabilização e recontabilização.
- 3.6.2. Todas as dívidas apuradas pela CCEE em face da empresa desligada devem ser ressarcidas por meio do perfil específico, ou da competente medida judicial de cobrança, conforme o caso.
- 3.7. O agente pode interpor pedido de impugnação quando não concordar com a deliberação do Conselho de Administração da CCEE – CAD, referente ao seu processo de desligamento, nos moldes das normas de regência vigentes e do submódulo 1.4 – Atendimento.
- 3.8. A documentação de desligamento da CCEE deve ser enviada, exclusivamente, por meio de arquivos digitalizados, a serem inseridos em sistema específico.
- 3.9. Os prazos constantes neste submódulo são contados em dias corridos, salvo quando expressamente dispostos em dias úteis.

Desligamento compulsório de agente

- 3.10. Com a publicação de ato regulatório que trate da revogação, cassação ou transferência de outorga de concessão, permissão, autorização ou registro de agentes da CCEE ou, ainda, na ocorrência de perda de requisito essencial à sua participação no quadro associativo da Câmara, previsto nas normas regulatórias vigentes, a CCEE deve, imediatamente, iniciar o desligamento compulsório do respectivo agente, bem como efetuar o cancelamento ou transferência dos registros de contratos do agente no Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, conforme o caso, e ajustar o cadastro dos respectivos ativos.

- 3.11. No caso de transferência da outorga, a transferência dos ativos, direitos e obrigações ao(s) sucessor(es) deve ser realizada pela CCEE somente depois de atendidos todos os prazos e requisitos regulatórios e legais, inclusive, se for o caso, assinaturas de termos de cessão necessários e adesão à CCEE do(s) sucessor(es), observando-se os submódulos 1.1 – Adesão à CCEE e 1.2 – Cadastro de agentes, no que for cabível.

Desligamento voluntário de agente

- 3.12. Para solicitar seu desligamento da CCEE, o agente deve observar as premissas da seção “Gerais” deste submódulo, no que for cabível, bem como enviar o Requerimento de Desligamento da CCEE e o comprovante de pagamento do emolumento de desligamento¹.
- 3.13. A CCEE deve iniciar a análise do procedimento de desligamento somente com o recebimento do comprovante de pagamento do respectivo emolumento, quando o mesmo for devido.
- 3.13.1. A desistência do processo por parte do agente ou o cancelamento do processo pela CCEE devido à restrição regulatória (não enquadramento ao tipo de desligamento solicitado ou prazo expirado), não implica direito ao ressarcimento do emolumento recolhido.
- 3.14. Todas as solicitações serão analisadas e validadas para o mês de referência “M”, em que o agente desejar a operacionalização do seu desligamento, caso sejam enviadas **sem pendências** até M-12du, sob pena de postergação da efetivação do desligamento.
- 3.15. A efetivação do desligamento do agente está condicionada ao cumprimento de todas suas obrigações, especialmente as financeiras.
- 3.15.1. Em caso de desligamento com sucessão, a CCEE deve realizar a transferência dos contratos somente após a autorização bilateral das partes.
- 3.16. Caso seja identificado um descumprimento de obrigação, notadamente as financeiras, do agente solicitante do desligamento voluntário, a inadimplência será tratada nos termos da regulação vigente.

¹ As hipóteses de incidência e valor do emolumento de desligamento, bem como o respectivo procedimento de pagamento encontram-se disponíveis no site da CCEE.

- 3.17. O agente da CCEE pode desistir do seu processo de desligamento desde que não tenha ocorrido a deliberação pelo CAD, mediante o envio da formalização da desistência para a CCEE, redigida de forma livre.
- 3.18. O processo de desligamento voluntário não concluído dentro de 6 (seis) meses contados da data do seu início é automaticamente cancelado, bem como as solicitações de modelagem relacionadas ao processo. Caso o agente mantenha interesse em se desligar da Câmara, um novo processo de desligamento deve ser iniciado, nos termos das premissas deste submódulo.

Desligamento de agente por descumprimento de obrigação no âmbito da CCEE

- 3.19. O cumprimento de obrigação no âmbito da CCEE é considerado tempestivo exclusivamente quando realizado na data específica em que é devido, observados os calendários de operações da CCEE (bem como eventuais alterações extraordinárias, previamente comunicadas aos agentes), quando aplicáveis.
- 3.20. O procedimento de desligamento por descumprimento de obrigações no âmbito da CCEE é instaurado após a constatação do descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas nas normas e legislação vigentes, previstas nos atos legislativos, nos atos emanados pela ANEEL, na Convenção de Comercialização, nos Procedimentos de Comercialização e no Estatuto Social da CCEE.
- 3.21. Mediante a constatação de inadimplemento relativo às obrigações previstas na premissa anterior, a CCEE deve instaurar o procedimento de desligamento por descumprimento de obrigação; enviar o Termo de Notificação de Descumprimento de Obrigação (TN) ao agente inadimplente, por meio eletrônico e via Correios (carta com Aviso de Recebimento - AR), com a identificação da obrigação inadimplida e respectivo fundamento normativo; e bloquear o acesso ao SCL para registro/ajuste/validação de contratos.
- 3.21.1. A CCEE deve notificar, caso existam, todos os proprietários de ativos de geração e/ou unidades consumidoras representados pelo agente inadimplente, informando-lhes sobre a instauração do procedimento destinado ao desligamento de agente representante, bem como esclarecendo os possíveis efeitos, nos termos previstos no item anterior.

- 3.22. O agente pode apresentar sua manifestação, preferencialmente por sistema específico, em até 10 dias, contados da data de recebimento do TN.
- 3.22.1. Na hipótese de envio do TN por meio eletrônico e via Correios, no insucesso da entrega do TN pelos Correios, a data inicial para contagem é: i) aquela da primeira tentativa de entrega atestada no AR, ou no histórico de rastreamento da correspondência, ou ainda, na falta destes, ii) da data de envio do TN por meio do correio eletrônico constante no cadastro do agente, ativo ou não.
- 3.23. Caso o agente regularize sua situação, no âmbito da CCEE, no ciclo financeiro imediatamente subsequente ao início de seu procedimento de desligamento, bem como não apresente qualquer outro descumprimento de obrigação, deve ser posto em monitoramento pela CCEE, pelo prazo de 6 (seis) ciclos de contabilização e liquidação financeira.
- 3.23.1. No curso do período de monitoramento do procedimento de desligamento, caso o agente venha a descumprir qualquer obrigação no âmbito da CCEE, o procedimento será imediatamente retomado, a partir da etapa em que se encontrava, devendo a CCEE notificar o agente, conforme previsto neste submódulo.
- 3.24. Durante a tramitação do procedimento de desligamento é vedado ao agente a inclusão de registros de contratos de venda de energia elétrica no SCL, ou a alteração de registros de contratos já existentes no SCL que resultem em aumento de sua exposição financeira no âmbito da CCEE.
- 3.24.1. A vedação descrita na premissa anterior é suspensa quando da regularização da situação do agente, desde que ele não incorra em novo descumprimento de obrigação, hipótese na qual tal vedação será novamente imposta, de ofício, pela CCEE.
- 3.24.2. O agente que estiver com bloqueio de acesso ao SCL para registro/ajuste/validação de contratos pode solicitar a entrada de dados por contingência, na forma do submódulo 1.4 – Atendimento, a qual deve ser analisada pela CCEE, podendo ser deferida ou não.
- 3.25. O agente que estiver inadimplente e em processo de desligamento pode caucionar os valores de seu débito, conforme estabelecido nos normativos vigentes.
- 3.25.1. O caucionamento mencionado na premissa anterior é considerado válido apenas quando confirmado pelo agente de liquidação.
- 3.25.2. O desbloqueio de acesso ao SCL somente é realizado com a confirmação do caucionamento correspondente ao valor total devido no âmbito da CCEE.

- 3.26. O processo de desligamento por descumprimento de obrigações no âmbito da CCEE pode não ser instaurado caso o valor total da inadimplência não ultrapasse o valor mínimo e as condições estabelecidos nas normas de regência vigentes.
- 3.27. A CCEE deve promover o julgamento do procedimento de desligamento no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do primeiro descumprimento de obrigação ou, caso o agente esteja em período de monitoramento pela CCEE, da data do descumprimento de obrigação que tenha ensejado a retomada do procedimento.
- 3.27.1. O CAd pode deliberar pelo desligamento do agente, ainda que na data de seu julgamento, exista prazo, a vencer, para defesa de um novo descumprimento de obrigação.
- 3.28. Com a deliberação final do CAd acerca do procedimento de desligamento, a CCEE deve comunicar todos os interessados, conforme determinado em regramento vigente aplicável.
- 3.29. Para a efetivação do desligamento do agente, a CCEE deve, conforme as premissas da seção “Gerais” deste submódulo, no que for cabível, adequar o registro de seus contratos no SCL, bem como ajustar o cadastro de seu(s) ativo(s), considerando a data da operacionalização do desligamento.

Desligamento de agentes de distribuição de energia elétrica

- 3.30. O desligamento de agente de distribuição de energia elétrica inadimplente opera-se de pleno direito somente quando da modelagem por novo agente outorgado sob o perfil correspondente.

Perfil específico para agentes de geração desligados

- 3.31. O perfil específico para vinculação de empreendimentos de geração anteriormente modelados sob perfil de gerador desligado da CCEE deve observar o disposto nos normativos vigentes, além de atender às premissas da presente seção deste submódulo.
- 3.32. O perfil específico e geração sob este alocada não são computados para fins de determinação de votos no âmbito da CCEE.

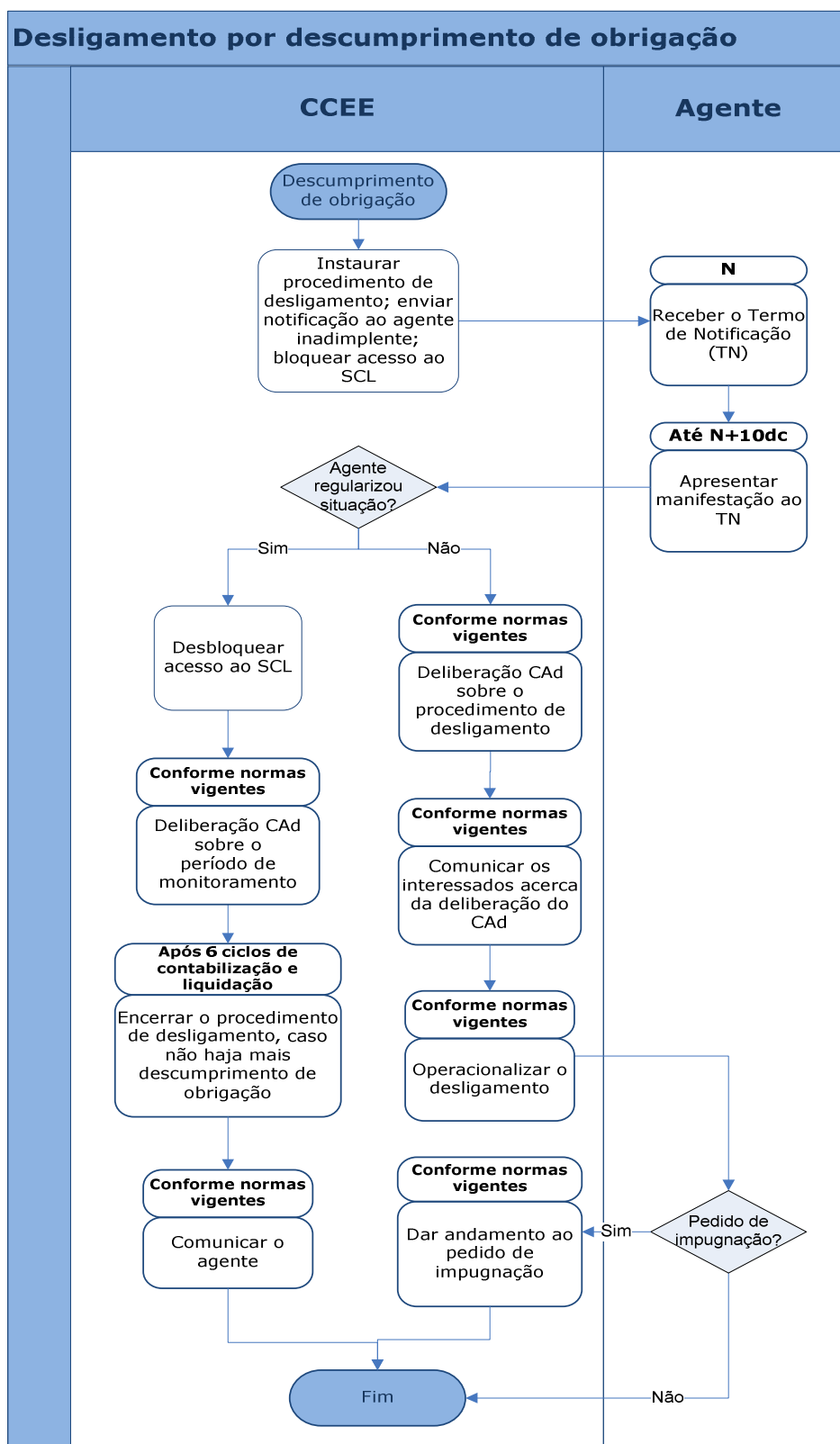
- 3.33. O resultado da contabilização do perfil específico, abatidos os custos variáveis incorridos exclusivamente no cumprimento à programação ou ao despacho determinado pelo ONS, é destinado à amortização dos débitos da empresa desligada.
- 3.33.1. Caso não tenha sido ajuizada a ação para a cobrança dos valores ou o juízo indefira os depósitos judiciais dos montantes, os valores arrecadados pela CCEE, por meio do perfil específico, devem ser repassados diretamente aos agentes credores e compensados da dívida do agente desligado.
- 3.34. O gerador deve manter o Sistema de Medição para Faturamento - SMF operando de forma que não seja interrompida a coleta de dados de medição.
- 3.34.1. Caso haja ausência de dados, deve ser atribuído valor zero para todos os dados faltantes, tanto para consumo quanto para geração, não se aplicando o disposto no submódulo 2.1 - Coleta e ajuste de dados de medição com relação à estimativa de dados.
- 3.35. A CCEE deve apurar eventual débito da empresa desligada ao qual estaria sujeita a pagar, no caso de perda de ação judicial ou procedimento arbitral do qual a empresa desligada seja parte, informando os valores aos possíveis credores por meio de relatório específico e ao juízo competente.
- 3.36. Após a quitação de todos os débitos no âmbito da CCEE do agente desligado, a CCEE deve:
- i) desativar o(s) ativo(s) modelado(s) sob o perfil específico; ii) desativar o(s) ponto(s) de medição; e iii) encerrar o perfil específico.
- 3.36.1. Eventual saldo remanescente da empresa desligada, após a quitação de todos os seus débitos no âmbito da CCEE, deve ser devolvido à empresa.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração					
Descrição				DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
<div><div></div>Requerimento de Desligamento da CCEE (e Termo de Sucessão) (Desligamento com ou sem sucessão)</div>				✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓

DD Documento digitalizado	DF Documento na forma física	DFR Documento com firma reconhecida	CL Consumidor Livre	CE Consumidor Especial
COM Comercializador	D Distribuidor	APE Autoprodutor de Energia	PIE Produtor Independente	G Demais Geradores

5. FLUXO DE ATIVIDADES



Legenda:

N: Data de recebimento do Termo de Notificação
dc: Dias corridos

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Desligamento por descumprimento de obrigação

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Instaurar o procedimento de desligamento; enviar notificação ao agente inadimplente; bloquear acesso ao SCL	CCEE	A partir da constatação do descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas nas normas e legislação vigentes, a CCEE deve instaurar o procedimento de desligamento; notificar o agente inadimplente e bloquear seu acesso ao SCL, conforme estabelecido neste submódulo.	-
Receber o Termo de Notificação (TN)	Agente	-	N
Apresentar manifestação ao TN	Agente	O agente pode apresentar manifestação ao TN, narrando toda sua defesa, expondo razões de fato e de direito, e oferecendo documentos e provas que entender necessários.	Até N+10dc
Desbloquear acesso ao SCL	CCEE	A CCEE deve desbloquear o acesso do agente ao SCL em caso de caucionamento dos valores de seu débito ou regularização de sua situação no âmbito da CCEE, nos termos deste submódulo.	-
Deliberação do CAAd sobre o período de monitoramento	CCEE	Caso o agente regularize sua situação no âmbito da CCEE no ciclo financeiro imediatamente subsequente ao início de seu	Conforme normas vigentes

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
		procedimento de desligamento, e não apresente qualquer outro descumprimento de obrigação, deve ser posto em monitoramento pela CCEE.	
Encerrar o procedimento de desligamento, caso não haja mais descumprimento de obrigação	CCEE	A CCEE deve encerrar o procedimento de desligamento do agente, caso não haja mais descumprimento de obrigação.	Após 6 ciclos de contabilização e liquidação
Comunicar o agente	CCEE	A CCEE deve comunicar o agente sobre o encerramento do procedimento de desligamento.	Conforme normas vigentes
Deliberação CAd sobre o procedimento de desligamento	CCEE	Caso o agente não regularize sua situação, a CCEE deve promover o julgamento do procedimento de desligamento do agente.	Conforme normas vigentes
Comunicar os interessados acerca da deliberação do CAd	CCEE	A CCEE deve comunicar todos os interessados, conforme determinado em regramento vigente aplicável.	Conforme normas vigentes
Operacionalizar o desligamento	CCEE	A CCEE deve promover a operacionalização do desligamento do agente.	Conforme normas vigentes

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Dar andamento ao pedido de impugnação	CCEE	Em caso de interposição de impugnação, a CCEE deve dar o andamento necessário ao pedido, nos moldes das normas de regência vigentes e do submódulo 1.4 – Atendimento.	Conforme normas vigentes

Legenda:

N: Data de recebimento do Termo de Notificação

dc: Dias corridos

7. ANEXOS

7.1. Requerimento de Desligamento da CCEE

Requerimento de Desligamento da CCEE <e Termo de Sucessão>

<Nome empresarial do agente da CCEE a ser desligado>, inscrita no CNPJ sob nº: <CNPJ>, com endereço em: <Endereço>, agente da CCEE, neste ato devidamente representada na forma de seu ato constitutivo, doravante denominada REQUERENTE, vem, por meio deste, solicitar formalmente seu Desligamento da CCEE:

☐ Com Sucessão ☐ Sem Sucessão

A REQUERENTE declara, para efeitos da presente solicitação de desligamento, o que segue:

1. Tem plena ciência das disposições constantes da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica e dos demais documentos jurídicos aplicáveis, notadamente o submódulo 1.5 dos Procedimentos de Comercialização – Desligamento da CCEE;
2. Tem ciência de que somente pode ser definitivamente desligado caso mantenha-se em situação regular no âmbito da CCEE, ou seja, realize todos os pagamentos dos eventos financeiros dos quais ainda venha a participar na CCEE.

Escolher uma das opções abaixo somente para **solicitação de desligamento com sucessão**, para efetuar o preenchimento dos campos obrigatórios:

☐ **Existência de vínculo técnico, comercial, regulatório e/ou jurídico entre o REQUERENTE e o(s) agente(s) sucessor(es):**

A(s) empresa(s) <Nome empresarial e CNPJ do agente sucessor> assume(m) integralmente perante a CCEE, a partir desta data, toda e qualquer responsabilidade pelos direitos e obrigações, inclusive pretéritas, e as decorrentes de eventuais recontabilizações e ajustes financeiros, da REQUERENTE. <Tal responsabilidade deve ser dividida no percentual de <xx>% para a [EMPRESA I] e <xx>% para a [EMPRESA II]>.*

☐ **Convenção Sucessória Financeira entre o REQUERENTE e o(s) agente(s) sucessor(es):**

A empresa <Nome empresarial e CNPJ do agente sucessor que receberá o histórico financeiro> assume integralmente perante a CCEE, a partir desta data, toda e qualquer responsabilidade pelos direitos e obrigações financeiras, inclusive pretéritas, e as decorrentes de eventuais recontabilizações e ajustes financeiros, da REQUERENTE.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

<Nome empresarial da empresa desligada/sucedida>
<Nome do(s) Representante(s) Legal(is)>
<Cargo>

<Nome empresarial da empresa sucessora>
<Nome do(s) Representante(s) Legal(is)>
<Cargo>

* Observação 1: Caso exista apenas um sucessor, o percentual de responsabilidade é de 100%. Caso o desligamento seja pretendido para dois ou mais agentes sucessores, o percentual deve ser indicado para atribuição aos sucessores.

Observação 2: Este documento deve ser assinado por tantos representantes legais quantos forem exigidos pelo Contrato/Estatuto Social, sendo livre a inclusão de campos adicionais de assinatura. Os signatários devem ter poderes de representação perante a CCEE, cuja inobservância pode fazê-los incorrer em responsabilidade civil, criminal e administrativa.